

MEMÓRIAS DA NACIONALIZAÇÃO DO ENSINO EM ESCOLAS SINODAIS LUTERANAS

ELIAS KRUGER ALBRECHT¹; PATRÍCIA WEIDUSCHADT²

¹Universidade Federal de Pelotas – eliask.albrecht@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – prweidus@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é parte de uma pesquisa em andamento que busca investigar cartilhas alemãs usadas em escolas sinodais luteranas na região meridional do Rio Grande do Sul. Nessas escolas predominava o ensino em alemão, sendo proibida a língua germânica pelas leis da política de nacionalização do ensino no governo de Vargas, (KREUTZ, 2010; RAMBO, 1994). Assim, objetivamos por intermédio de narrativas de ex-alunos, aproximarmos do contexto de circulação e apropriação destes livros escolares. Como o recorte temporal da pesquisa está estipulado entre 1920 -1945, ainda é possível localizar sujeitos que tiveram a sua escolarização nas décadas de 1930/40.

Objetivamos assim apresentar nessa comunicação uma discussão a partir das narrativas de 5 sujeitos que iniciaram a sua escolarização em língua alemã junto às escolas sinodais luteranas e passaram pelo processo de nacionalização do ensino que culminou na proibição da literatura e da língua alemã. Pretendemos perceber como o processo de nacionalização interferiu na escolarização desses sujeitos.

Conforme estudos já realizados, a língua e a fé mantinham esse povo em união bem como garantiam a sobrevivência da cultura. Dessa forma, tais escolas relacionavam religião e aprendizado, ressaltando a fé e o cotidiano em seus materiais didáticos, (KREUTZ, 1994; WEIDUSCHADT, 2007). Logo o ensino em alemão era algo constitutivo da identidade cultural dessas pessoas. De igual forma, a escola era concebida como condição necessária para o exercício da cidadania, além de estimular fortemente as comunidades a conservarem suas tradições.

Toda essa organização étnica e comunitária foi interrompida pela política de nacionalização do ensino promovida pelo Estado Novo que rompeu com o desenvolvimento natural dessa escola elementar. Desta feita a política de nacionalização do ensino buscou fortalecer a identidade brasileira por meio da educação. Preocupou-se com a cultura educacional dos grupos étnicos que tinham se formado no país. Segundo KREUTZ (2010) no Rio Grande do Sul onde havia se formado uma ampla rede de escolas étnicas e comunitárias, o governo para acelerar a nacionalização, passou a investir em repressão e formação de professores para intervir nas escolas paroquiais. Proibiu o ensino da língua e da escrita alemã bem como promoveu o afastamento de professores e a proibição da produção e circulação de materiais didáticos.

2. METODOLOGIA

O trabalho está ancorado metodologicamente na História Oral. Amado e Ferreira (2002), pressuposto que auxilia a entender as narrativas como

representação do real e da importância em considerar as experiências de vida e da subjetividade dos participantes.

Portanto, o critério de seleção dos depoentes da pesquisa, foi o sujeito ter sido escolarizado em escola sinodal em língua alemã ou iniciado seus estudos em escolas sinodais luteranas antes da nacionalização do ensino. Assim com base em uma entrevista semiestrutura realizada em língua pomerana e transcrita para o português, buscamos a partir de um “diálogo entre entrevistador e entrevistado, (AMADO e FERREIRA, 2002)” refletir sobre o campo da memória e nos aproximarmos de possíveis consequências que a política de nacionalização do ensino causou na escolarização desses sujeitos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No momento inicial dessa discussão achamos conveniente apresentar algumas informações sobre o perfil dos entrevistados da pesquisa. Desta feita, organizamos um quadro com a relação dos sujeitos entrevistados na pesquisa.

Quadro 1- Relação dos entrevistados com suas respectivas idades, período de escolarização, instituição religiosa a qual a escola era ligada e onde se localizava.

<i>Nome</i>	<i>Idade</i>	<i>Período de Escolarização</i>	<i>Instituição Religiosa</i>	<i>Localidade</i>
Adolfina K. Neitzke	90	1933-1938	Sínodo de Missouri	Bom Jesus/ São Lourenço do Sul
Ilma B. Reichow	86	1936-1941	Sínodo de Missouri	Canguçu Velho/ Canguçu
Ilsa K. Neuenfeldt	80	1943-1948	Sínodo de Missouri	Bom Jesus/ São Lourenço do Sul
Martim V. Wille	87	1935-1940	Sínodo de Missouri	Bom Jesus/ São Lourenço do Sul
Otto Schellin	81	1912-1944	Independente	Favila/Canguçu

Fonte: Quadro elaborado a partir das entrevistas realizadas, no ano de 2016.

Segundo CANDAU (2014) a memória é organizada por lembranças e esquecimentos e por acontecimentos considerados pelo indivíduo como significativos do ponto de vista de sua identidade. Assim é perceptível nas memórias dos narradores certa inquietude ao falar sobre o tema das tensões no período da proibição da língua alemã. Como é o caso de Adolfina K. Neitzke, suas memórias são interrompidas por períodos de reflexão e risos ao se recordar que 1938 foi um ano muito triste para ela porque não podia falar em alemão e ela não sabia falar o português e nem escrever. Ela revela que algumas aulas em alemão foram ministradas às escondidas para concluir o ano. Da mesma forma, Ilma B. Reichow lembra que foram tempos difíceis, pois a proibição do uso da língua falada e escrita a obrigou estudar novamente o conteúdo que havia aprendido em alemão na língua portuguesa. As duas narradoras recordam ainda do medo da repressão, pois o governo fiscalizava as escolas na época. Dessa maneira, segundo elas, o professor cuidava e repreendia quem falava o alemão, pois caso fosse denunciado ele responderia perante as autoridades.

Martim V. Wille lembra que já vinha tendo aulas de português uma vez por semana, colaborando assim como KREUTZ (2010) quando afirmar que o governo acelerou um processo que teria se dado ao natural. Além disso, as memórias de Martim V. Wille são eivadas por lembranças das aulas de geografia e ciências, sendo suas preferidas no novo currículo e também lembra com entusiasmo da presença do interventor de apresentações cívicas da semana da pátria. Rememora assim a fiscalização do governo por intermédio dos interventores encarregados de fazer cumprir a ordem vigente.

Nas narrativas de Otto Schellin e Ilsa K. Neuenfeldt é mais visível à implantação do novo currículo, como ambos iniciaram a sua escolarização na década de 1940, suas memórias apresentam uma nítida separação do conteúdo secular do religioso. Diferente dos que tiveram a sua escolarização na fase inicial da nacionalização onde é mais visível uma memória emanada de incertezas, medos e dificuldades em se adaptar ao novo currículo.

É perceptível nas falas de Otto Schellin o culto ao patriotismo incentivado pelo Estado Novo. Ele lembra da hora cívica e que passavam semanas ensaiando para se apresentar no desfile da semana da pátria. Segundo ele, era um acontecimento que mobilizava toda a comunidade escolar. Muitas escolas se preparavam e se dirigiam a cidade no dia 7 de setembro para participar de desfiles e paradas.

Também as memórias de Ilsa K. Neuenfeldt e Ilma B. Reichow divergem em relação ao foco da questão patriótica. Nas suas narrativas podemos observar a implantação do novo currículo que sofreu visíveis mudanças, conforme lembra Ilma B. Reichow (2016) “A gente cantava “Ouviram do Ipiranga” e “Salve Lindo Pendão da Esperança”, também tinha História do Brasil”. Recorda que o canto já fazia parte do currículo da escola e que muitos dos hinos que cantavam em alemão agora passaram a ser cantado em português. Sobre as aulas de canto KREUTZ (1994) afirma que era uma das práticas incentivadas pelo Sínodo de Missouri, prática recorrente nas narrativas de Ilsa K. Neuenfeldt, sendo que ambas estudaram em escolas do sínodo de Missouri.

Em suas narrativas Ilsa K. Neuenfeldt recorda que o currículo era composto por aulas de matemática, gramática, redação, ciências da natureza, história do Brasil e civismo, lembra também que os ensaios para a semana da pátria geralmente eram uniformizados. Quando indagada sobre o conteúdo de história e religião ela recorda da foto do Getúlio Vargas nos livros de história. E que aos sábados havia aula de catecismo, de canto e de religião.

4. CONCLUSÕES

Tendo em vista os aspectos observados nas narrativas dos sujeitos, podemos afirmar que a história oral exerce um papel importante quando se busca prover um diálogo entre a teoria e a prática.

Dessa forma podemos inferir que as lembranças reforçaram o processo de nacionalização do ensino, sendo que são falas interrompidas, por períodos de silêncios e reflexões, seguidas por memórias que apontam as dificuldades para se adaptar as mudanças na língua escrita e falada. Faz-se necessário lembrar que essa política exerceu um efeito de mudança sobre essas pessoas, que fez com que muitas se isolassem pelo medo da repressão e por não saber

falar o português e outras sendo desafiadas a aprender. Assim, a proibição do uso da língua dificultou em certa medida o aprendizado escolar.

É notável observarmos no novo currículo o acréscimo de conteúdos de geografia, história do Brasil, civismo, e, principalmente, a separação dos conteúdos seculares dos religiosos. E a ênfase no culto ao patriotismo na formação de uma identidade brasileira arquitetada pelo governo e implantada por intermédio do currículo escolar promovendo a assimilação do simbolismo patriótico. Desta feita, a nacionalização do ensino foi um instrumento para legitimar práticas políticas e ideais nacionais, como serviu para promover a língua e a cultura luso-brasileira, ocorrendo a mudança do modelo de escola desse grupo étnico.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, J; FERREIRA, M.M. **Usos & abusos da história oral**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

CANDAU, I. *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto, 2014.

KREUTZ, L. Escolas étnicas no Brasil e a formação do estado nacional: a nacionalização compulsória das escolas dos imigrantes (1937-1945). **Poiésis**, Tubarão, v. 3, n. 5, p. 71-84, jan./jun. 2010.

_____, L. **Material didático e currículo na escola teuto-brasileira do Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Unisinos, 1994.

NEITZKE, A.K. entrevista [abr. 2016]. Entrevistador: Elias k. Albrecht, 2016, Canguçu. Entrevista concedida para fins desta pesquisa.

NEUENFELDT, I.K. entrevista [abr. 2016]. Entrevistador: Elias k. Albrecht, 2016, Canguçu. Entrevista concedida para fins desta pesquisa

RAMBO, A.B. Nacionalização e Imprensa In: MÜLLER, Telmo Lauro. **Nacionalização e imigração alemã**. São Leopoldo: Unisinos, 1994, p.75-86.

REICHOW, I.B. entrevista [abr. 2016]. Entrevistador: Elias k. Albrecht, 2016, Canguçu. Entrevista concedida para fins desta pesquisa.

SHELLIN, O. entrevista [maio. 2016]. Entrevistador: Elias k. Albrecht, 2016, Canguçu. Entrevista concedida para fins desta pesquisa.

WEIDUSCHADT, P. **O Sínodo de Missouri e a educação pomerana em Pelotas e São Lourenço do Sul nas primeiras décadas do século XX: Identidade e cultura escolar**. 2007. 256f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas/UFPEL.

WILLE, Martim V. entrevista [maio. 2016]. Entrevistador: Elias k. Albrecht, 2016, Canguçu. Entrevista concedida para fins desta pesquisa.